

I.5. Saneamento e saúde pública

Este capítulo descreve a situação de saneamento e saúde pública do Pontal do Paranapanema, com base nos dados disponíveis compilados de SEADE (1999).

O **Anexo 6, Volume II**, traz, por município, os seguintes dados (SEADE, 1998b):

- coeficiente de leitos gerais, por 1.000 habitantes;
- coeficiente de leitos (SUS), por 1.000 habitantes;
- nível de atendimento de esgoto sanitário (coleta);
- nível de atendimento de coleta de lixo.

I.5.1. Saúde

São apresentados a seguir os aspectos de caracterização da UGRHI-22, no que se refere às condições de saúde, abrangendo a esperança de vida ao nascer, as taxas de mortalidade infantil, de mortalidade infantil por causas de veiculação hídrica, de mortalidade de menores de cinco anos por causas de veiculação hídrica e os equipamentos de saúde.

I.5.1.1. Esperança de vida ao nascer

Este índice representa, conforme SEADE (1999) uma estimativa do número de anos que se espera que uma pessoa viva em média, tomando como base as taxas de mortalidade por idade para determinado ano. Os valores por município estão apresentados no **Quadro I.5.1.a**.

Os índices de expectativa de vida na UGRHI-22 são apresentados por município para o ano 1991. A expectativa de vida ao nascer observada no conjunto dos municípios da UGRHI é superior ao índice no Estado, de 68,85 anos.

Analisando os dados isolados por município, nota-se que Caiuá é o município que apresenta o maior índice de expectativa de vida (77,24 anos). Os municípios de Estrela do Norte (69,73 anos) e Presidente Epitácio (69,04 anos) são os que apresentam expectativa de vida mais próxima à média estadual, em torno de 69 anos.

Quadro I.5.1.a Valores de esperança de vida ao nascer, em anos, para a bacia do Pontal do Paranapanema. (SEADE, 1999)

Município	Expectativa de vida ao nascer em anos (1991)
Nantes	-
Caiuá	77,24
Mirante do Paranapanema	74,61
Marabá Paulista	74,51
Anhumas	73,25
Euclides da Cunha Paulista	73,09
Rosana	73,09
Teodoro Sampaio	73,09
Tarabaí	72,88
Narandiba	72,14
Presidente Bernardes	72,04
Iepê	71,88
Pirapozinho	71,78
Taciba	71,78
Regente Feijó	71,62
Presidente Prudente	71,25
Presidente Venceslau	71,15
Sandovalina	71,15
Santo Anastácio	70,62
Estrela do Norte	69,73
Presidente Epitácio	69,04

I.5.1.2. Equipamentos de saúde

Em 1995, o município de Sandovalina, que possuía 2.614 habitantes tinha uma UBS - Unidades Básicas de Saúde, o mesmo que Regente Feijó com 15.990 habitantes; Caiuá possuía, em 1995, 3.277 habitantes e tinha duas UBS, o mesmo que Pirapozinho com 21.728 habitantes. Por outro lado, Teodoro Sampaio possuía quatro UBS, para atender uma população de 19.386 habitantes, enquanto Presidente Epitácio, com 36.353 habitantes, possuía cinco UBS.

Em 1996, Estrela do Norte, que possuía 2.786 habitantes tinha duas UBS, o mesmo que Pirapozinho, com 21.946 habitantes, enquanto Presidente Bernardes

possuía três UBS, para atender uma população de 12.229 habitantes, e Santo Anastácio, com 23.056 habitantes também possuía três UBS.

Conclui-se que os dados existentes sobre os serviços de atenção primária à saúde não permitem ainda uma correta avaliação sobre sua eficácia. Avaliando-se o atendimento de saúde pelo número de Unidades Básicas de Saúde - UBS, na UGRHI, verifica-se que não existe relação entre o número de habitantes e o número de UBS.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza um patamar mínimo, para países em desenvolvimento, de quatro leitos disponíveis por mil habitantes. A UGRHI-22 atende este parâmetro nos municípios de Teodoro Sampaio, Presidente Bernardes e Presidente Epitácio, ao passo que Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santo Anastácio apenas se aproximam dele e, ficando abaixo desse parâmetro, Iepê, Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Regente Feijó. Os demais municípios da UGRHI não possuem leitos.

Os municípios de Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio e Presidente Bernardes destacam-se com coeficientes elevados. Presidente Prudente, município com maior número de habitantes e leitos e ainda por ser sede de Região Administrativa e Região de Governo, apresentava um coeficiente abaixo do que a OMS preconiza.

O que se pode constatar é que os equipamentos de saúde, assim como o número total de leitos por 1.000 habitantes, apresenta um quadro desigual, e que alguns municípios são onerados pela não descentralização da rede de saúde.

Dentro de um processo de dinamização da região, deve-se desenvolver uma rede descentralizada de atendimento à saúde, capacitando cada município para o atendimento básico da sua população local. Deve-se promover, ainda, uma maior capacitação dos principais núcleos (Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio), a fim de garantir centros de atendimento mais especializados para a região.

Em relação à questão de saúde observa-se que muitos dos indicadores estão abaixo da média do Estado, condição que estar perfeitamente associada às baixas condições socioprodutivas regionais, comentadas nos itens correspondentes. De acordo com o Plano para o Desenvolvimento Econômico e Social (SPC/1992), as doenças com maior índice de incidência na região eram na ocasião, a hanseníase, a meningite e a tuberculose, para a faixa etária adulta, e diarreia, desnutrição, verminoses e anemias para as crianças.

A maioria das doenças manifesta-se, ainda de modo acentuado devido à deficiência de tratamento nos programas ligados à gestante, à criança e à falta de ação conjunta entre os setores de saúde e educação. Durante a visita à campo, constatou-se que o atendimento nas UBSs é deficiente, principalmente quanto ao caráter preventivo e programático de doenças. As especialidades médicas na região são inexistentes, sendo que a população, quando necessita, recorre a Presidente Prudente ou municípios de maior porte de outras regiões.

I.5.1.3. Despesas municipais com saneamento

O programa de saneamento básico é composto pelos subprogramas de abastecimento de água, sistema de esgotos e saneamento geral. Tais subprogramas são efetuados diversificadamente pelos diversos municípios do Estado, seja mediante recursos próprios e serviços autônomos, seja por adesão a programas estaduais por intermédio da Sabesp.

Na área da UGRHI 22, a média da proporção de gastos com saneamento na despesa municipal é de 3,36%, abaixo da média do Estado (4,19%) e da Região de Governo de Presidente Prudente (4,05%).

Os municípios Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Narandiba, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Rosana, Santo Anastácio, Taciba e Tarabaí apresentam índice 0 (zero), quanto a este tópico, denotando sua não participação direta nesses programas, possivelmente por adesão à Sabesp.

Por outro lado, os municípios de Caiuá, Iepê, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Presidente Prudente e Presidente Venceslau, apresentam índices bastante acima da média da UGRHI, ou porque englobem outras despesas nesse item, ou porque mantenham serviços autônomos de água e esgoto, sendo o caso dos municípios de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, respectivamente, com percentuais de gastos com saneamento na despesa municipal de 6,03% e 7,97%.

Quadro I.5.1.a. Despesas municipais com saneamento, no Pontal do Paranapanema (SEADE, 1999)

Despesa municipal per capita com saneamento (em R\$)		
	1995	1997
UGRHI Pontal do Paranapanema	14,1	379,81
Anhumas	1,79	1,01
Caiuá	75,2	73,09
Estrela do Norte	-	-
Euclides da Cunha Paulista	-	-
Iepê	25,97	-
Marabá Paulista	54,09	61,14
Mirante do Paranapanema	24,97	22,48
Nantes	MI	123,18
Narandiba	-	-
Pirapozinho	0,31	0
Presidente Bernardes	1,41	3,74
Presidente Epitácio	-	-
Presidente Prudente	20,1	13,52
Presidente Venceslau	27,43	32,69
Regente Feijó	-	-
Rosana	-	-
Sandovalina	38,29	38,88
Santo Anastácio	-	-
Taciba	-	-
Tarabaí	-	-
Teodoro Sampaio	4,92	10,07